

Revolução dos Pinguins no Chile: contexto e repercussões do movimento secundarista de 2006

Penguin Revolution in Chile: context and repercussions of the 2006 secondary movement

Gabriel Dib Daud De Vuono

Doutorando e mestre em Integração da América Latina pela USP. Supervisor pedagógico da UNIVESP.

Paola Fernanda Silva Mineiro

Graduada em Direito pela PUC-Campinas. Advogada

Julia Cardozo Fidalgo Ramos

Graduada em Direito pela PUC-Campinas. Advogada

Resumo: Em 2006, os estudantes secundaristas chilenos protagonizaram ações e organizadas e protestos que reivindicavam modificações no sistema educacional chileno. Esse movimento estudantil ficou conhecido como a "revolução dos pinguins". Este artigo tem como objetivo analisar o movimento estudantil chileno de 2006 e suas repercussões políticas e sociais no país. Para tanto, apresenta uma breve história do contexto do neoliberalismo chileno, destacando as principais ideias e práticas político-sociais no país, enfatizando-se o que concerne ao sistema educacional. Apresenta o movimento estudantil dos pinguins, analisando suas reivindicações e proposições. A pesquisa identifica repercussões do movimento nas transformações institucionais que ocorreram no modelo educacional chileno e ainda sua influência política na cultura popular de resistência chilena ao neoliberalismo. A metodologia propõe um estudo interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais, de abordagem qualitativa, o qual se realizou mediante os procedimentos de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados obtidos apontam que a mobilização *puingüina* guarda estreita relação com as mobilizações dos universitários chilenos em 2011 e com protestos estudantis realizados em outros países latino-americanos, como no Brasil. A mobilização de 2006 revela, no fundo, o descontentamento popular com os valores neoliberais que estruturam a sociedade chilena desde a ditadura pinochetista.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Movimento Estudantil. Chile.

Abstract: In 2006, Chilean high school students took part in organized actions and protests, demanding changes in the Chilean educational system. This student movement became known as the "Penguin Revolution." This article aims to analyze the student movement of 2006 and its political and social repercussions in the country. It presents a brief history of the context of Chilean neoliberalism, highlighting the main political and social ideas and practices in the country, with a focus on the educational system. It presents the "Penguin Revolution", analyzing its demands and propositions of the student movement. The research identifies its repercussions on the institutional transformations that occurred in the educational model, as well as its political influence on the popular culture of resistance to neoliberalism in Chile. The methodology proposes an interdisciplinary study in the field of human and social sciences, adopting a qualitative approach, carried out through procedures of bibliographic review and documentary research. The obtained results indicate that the Penguin Revolution is closely related to the mobilizations of Chilean university students in 2011 and to student protests carried out in other Latin American countries, such as Brazil. The mobilization of 2006 ultimately reveals popular discontent with the neoliberal values that have structured Chilean society since the Pinochet dictatorship.

Keywords: Neoliberalism. Student Movement. Chile.



1 Introdução

O movimento estudantil chileno de 2006, que ficou conhecido como a “revolução dos pinguins”, em virtude da semelhança do uniforme dos estudantes secundaristas chilenos com a ave, expressou o descontentamento dos secundaristas chilenos em relação ao modelo educacional do país marcado por décadas de políticas neoliberais. Os estudantes organizaram protestos e manifestações em todo o país, às quais se somaram apoios populares descontentes com a mercantilização da educação e de outros direitos sociais resultantes do ciclo neoliberal iniciado ainda nos primeiros anos da ditadura pinochetista.

O movimento dos “pinguins” é resultado de uma articulação política realizada entre os estudantes secundaristas chilenos de todo o país, promovendo ocupações em escolas e espaços públicos, assim como a participação no debate público fomentado pelos meios de comunicação. Os ganhos conquistados pelo movimento na esfera institucional foram limitados, contudo, ao apresentar críticas a lógica neoliberal aplicável a educação chilena, a revolução dos pinguins propiciou um impulso às lutas sociais no país contrapostas ao modelo neoliberal de organização, produzindo um acúmulo na cultura política de resistência popular que favoreceu movimentos sociais posteriores, tais como se observa nos protestos estudantis organizados em 2008 e 2011.

Este estudo se propõe a analisar o movimento estudantil de 2006, seu contexto e repercussões políticas e sociais, apresentando um balanço a fim de investigar quais foram as implicações institucionais e não institucionais do movimento dos pinguins na sociedade chilena após a deflagração do movimento.

A metodologia empregada propõe um estudo interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, de abordagem qualitativa, realizado mediante o procedimento de revisão bibliográfica, por meio da consulta de livros e artigos científicos que analisam as temáticas do neoliberalismo, as implicações da implementação das ideias neoliberais sobre o modelo educacional do Chile e o movimento secundarista de 2006. Ainda, empregou-se o procedimento de pesquisa

documental por meio do qual realizou-se o levantamento e análises de documentos oficiais e normas jurídicas concernentes ao objeto deste estudo.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma. A primeira seção dedica-se à exposição do contexto histórico e social das políticas neoliberais no Chile, em especial no que concerne às políticas educacionais. Na segunda seção, analisam-se as principais reivindicações e propostas do movimento secundarista, e na última seção, apresenta-se a repercussão do movimento dos pinguins no tocante à influência exercida sobre os movimentos populares de resistência ao neoliberalismo no Chile. Nas considerações finais, apresentam-se os resultados obtidos por esta investigação que apontam para a existência de um acúmulo de forças sociais voltadas à resistência popular de contestação às políticas neoliberais implementadas no país.

2 Neoliberalismo e o sistema educacional chileno

A doutrina neoliberal se baseia em um conjunto de preceitos de ordem política e econômica centrados na livre iniciativa, na garantia do direito de propriedade e do estímulo às capacidades empreendedoras dos indivíduos que compõem a sociedade, defendendo a inserção do enquadramento das ações humanas no domínio do mercado (Harvey, 2008). Para a doutrina neoliberal, quanto mais amplas as liberdades econômicas, maior seria o bem-estar social. Todavia, a implementação de sua agenda precariza as condições materiais de vida dos trabalhadores e dos excluídos do sistema capitalista, flexibilizando direitos trabalhistas, corroendo direitos sociais, privatizando bens públicos e aprofundando desigualdades socioeconômicas próprias da ordem capitalista (Singer, 1997; Soares, 2001).

O neoliberalismo se opõe veementemente às ideias comunistas e socialistas, que propõem a insurgência contra o sistema capitalista por meio de revoluções, bem como contrapõe-se aos preceitos keynesianos que sustentaram o Estado de bem-estar social marcado por uma política de controle de capitais, aumento de gastos públicos e da intervenção

estatal na economia (Anderson, 1995). Com o colapso do “socialismo real” e o fim das experiências soviética e assemelhadas, os trabalhadores encontraram-se carentes de um projeto político próprio e alternativo ao sistema capitalista, o que colaborou fortemente com os avanços do neoliberalismo na virada dos anos 1980 para a década de noventa do século XX (Singer, 1997).

O Estado neoliberal possui a vocação de estimular a criação de condições favoráveis à acumulação capitalista a fim de possibilitar o funcionamento dos mercados, garantindo o exercício das liberdades capitalistas. A ordem neoliberal atua em favor da criação de novos nichos a serviço da exploração das forças econômicas privadas por meio da mercantilização de serviços públicos e de direitos sociais conquistados no marco capitalista por meio das lutas sociais da classe trabalhadora (Harvey, 2020). A exploração desses novos mercados pressupõe a intervenção estatal por meio de um programa de privatizações e desregulamentações que estabelece o protagonismo dos atores privados e o conseqüente aumento da desproteção social (Fernandes, 1995).

As primeiras formulações neoliberais foram concebidas em meados da década de 1940 por pensadores europeus e norte-americanos ligados a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de confraria voltada a reivindicar as tradições do liberalismo clássico e a opor-se tanto a políticas keynesianas como a propostas inseridas no campo socialista e comunista. De início, as ideias neoliberais restaram à margem dos grandes debates políticos e econômicos da época, permanecendo igualmente distantes das políticas públicas formuladas pelos Estados. No entanto, a partir da crise econômica e social dos anos 1970, caracterizada pelo aumento inflacionário, crescimento do desemprego e da mecanização da mão de obra, foram estabelecidas condições favoráveis à materialização das ideias neoliberais (Harvey, 2008; Singer, 1997). O receituário neoliberal foi implementado em países do centro e da periferia do capitalismo a fim de restabelecer as condições globais de acumulação capitalista, ampliando a concentração de capitais e revigorando o poder de classe da burguesia (Harvey, 2008).

A experiência neoliberal pioneira na história foi concebida no Chile durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, que após o golpe civil-militar de 1973 iniciou uma nova etapa na política mundial ao transformar o país na primeira experiência estatal de adoção de práticas neoliberais (Harnecker, 2018). As forças golpistas chilenas, com o apoio da burguesia e dos órgãos de inteligência estadunidenses, adotaram medidas contrarrevolucionárias que desestabilizaram e, por fim, depuseram violentamente o governo do presidente socialista Salvador Allende, morto durante o bombardeio comandado pelas forças armadas ao Palácio de La Moneda (Kiernan, 2009). Nesse sentido, vale destacar a análise trazida em *Machuca*, longa-metragem de Andrés Wood, que sintetiza as reflexões sobre a pauta da educação no Chile em 1973, ao retratar o cenário pós ruptura do governo da Unidade Popular a partir do contexto que considera a inserção de crianças, filhos de trabalhadores, na escola Saint Patrick, colégio de alto conceito, frequentado por elite chilena.

O governo pinochetista instaurou um Estado de terror, perseguindo, torturando e assassinando artistas, intelectuais, trabalhadores, estudantes, camponeses, indígenas, membros de partidos políticos de esquerda (assim como de outros partidos, como os democratas-cristãos) e todos aqueles que de alguma maneira resistiram à ditadura, se opunham a suas políticas ou poderiam organizar alguma resistência ao governo. A violência contrarrevolucionária estabeleceu câmaras secretas de tortura, julgamentos arbitrários realizados em tribunais militares contra opositores do regime, e uma miríade de ações direcionadas à guerra contra o inimigo interno, com o intuito de impedir a organização de uma resistência política contra as políticas contrarrevolucionárias de cunho neoliberal que a ditadura começaria a adotar a partir de 1975 (Winn, 2010).

A política econômica imposta pelo governo militar chileno foi elaborada pelos chamados *chicago boys*, jovens economistas chilenos entusiastas das ideias neoliberais de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago, que se opunham às políticas de regulação econômica, nacionalização, promoção de serviços sociais, propondo o

predomínio do “mercado” na ordem econômica e social. Os *chicago boys* se associaram com o governo pinochetista no intuito de “impor remédios cruéis ao povo chileno ‘para seu próprio bem’ e prontos para romper com o passado e criar um Chile ‘moderno’, em que uma revolução socialista jamais poderia voltar a ocorrer” (Winn, 2010, p. 189).

As ações governamentais adotadas após o golpe de estado impulsionaram um processo de contrarreformas econômicas que consistiram na reversão das nacionalizações de setores econômicos estratégicos, privatizações de empresas públicas e da previdência social, desregulamentações sociais e econômicas e liberação de recursos naturais à exploração privada a fim de permitir o livre acesso de capitais estrangeiros na economia chilena por meio da abertura econômica do país ao comércio mundial (Anderson, 1995; Harvey, 2008).

O Estado chileno assegurava o direito à educação e mantinha um sistema educacional público e gratuito no país que atendia 70% da população em idade escolar. De acordo com Budnik et al. (2011) e Klachko e Arkonada (2017), o sistema educacional implementado pela ditadura pinochetista na década de 1980, e aprofundado após a redemocratização pelos governos civis, estruturou-se a partir de novos eixos:

- (i) a redefinição do marco regulatório em matéria educacional;
- (ii) a reestruturação da gestão do sistema educativo por meio da centralidade de municípios e atores privados;
- (iii) nova forma de financiamento por meio de *vouchers* escolares fundamentados na liberdade dos pais de elegerem a educação dos filhos e na subvenção pública de escolas particulares e;
- (iv) reestruturação e privatização do ensino universitário.

Acerca do modelo educativo adotado pelo Estado chileno sob influência das ideias neoliberais, Aguilera (2015) afirma o seguinte:

No sistema educacional assim construído, a competição é generalizada, todos competem com todos, dentro de desigualdades e diferenciais de recursos muito importantes. Os alunos e suas famílias competem para ter acesso a melhores estudos, melhores escolas. As crianças são preparadas desde pequenas para terem bom desempenho nas provas de seleção das

escolas que os pais podem ou querem acessar. Mais tarde, eles competem no teste de seleção universitária, para poder acessar as universidades mais conceituadas. Por outro lado, os estabelecimentos competem entre si por meio de seus resultados, prestígio, dos serviços oferecidos para atrair alunos, para receber os recursos da subvenção. (Aguilera, 2015, p. 1483, tradução nossa)¹

O modelo educacional instituído impulsionou uma privatização massiva do sistema de educação chileno e a precarização do ensino público municipal, por meio do qual a educação deixou de ser compreendida como um direito social para se submeter às regras do mercado (Labarca, 2016). O sistema de subvenções escolares constitui-se de *vouchers* ou subsídios portáteis por meios dos quais há o financiamento das escolas e estabelece mecanismos de concorrência entre as escolas na captação de estudantes a fim de receber maiores quantias de subvenções públicas (Budnik *et al.*, 2011)

A ditadura chilena, a partir da elaboração das *Directivas Presidenciales Sobre Educación Nacional*, de 1979, iniciou a implementação de modificações no sistema educacional do país com a finalidade de adequá-lo às demandas e exigências do modelo de desenvolvimento adotado, orientadas pela lógica neoliberal, privatizadora e orientada ao mercado (Núñez, 1982). Desse modo, empreende-se a desarticulação do sistema nacional de educação preexistente e a indicação do “abandono da responsabilidade do Estado no crescimento da cobertura da educação, assim como da prática de uma planificação centralizada desse desenvolvimento” (Núñez, 1982, p. 87, tradução nossa)². A reestruturação da educação, assim como a reforma da previdenciária e o *Plan Laboral*, integrava o conjunto de políticas neoliberais implementadas com o objetivo de sedimentar a

¹ No original: “En el sistema educativo así construido, la competencia se generaliza, todos compiten con todos entro de desigualdades y de diferenciales de recursos muy importantes. Los alumnos y sus familias compiten por acceder a mejores estudios, mejores escuelas. Los niños se preparan desde chicos para tener buenos rendimientos en las pruebas de selección de los colegios a los que los padres pueden o quieren acceder. Más tarde compiten en la prueba de selección universitaria, para poder acceder a las universidades más reputadas. Por otro lado, los establecimientos compiten entre ellos a través de sus resultados, del prestigio, de los servicios que ofrece para atraer alumnos, para percibir los recursos de la subvención” (Aguilera, 2015, p. 1483).

² No original: “[...] abandono de la responsabilidad del Estado en el crecimiento de la cobertura de la educación, así como de la práctica de una planificación centralizada de dicho desarrollo” (Núñez, 1982, p. 87).

institucionalidade do novo modelo político e econômico adotado pelo Estado chileno (Núñez, 1982).

A constituição chilena de 1980, promulgada durante a ditadura pinochetista, “materializa os pilares jurídico-filosóficos do sistema educativo formal chileno”³ (Budnik *et al.*, 2011, p. 308, tradução nossa), definindo que a educação deixa de ser uma função primordial do Estado, cabendo aos pais o dever de educar os filhos e a liberdade de escolher o estabelecimento educacional o qual desejam educá-los, conforme artigos 19, 10º e 11º da Constituição chilena. No entanto, a liberdade educativa dos pais é condicionada à realidade econômica da família ou a sua capacidade de endividamento diante da mercantilização da educação (Aguilera, 2015).

Após a promulgação da constituição, o Estado chileno colocou em marcha a descentralização e a privatização da educação por meio do qual “as escolas estatais, que estavam diretamente geridas pelo nível central do Ministério da Educação (...) passam a depender diretamente de estruturas intermediárias, os apoiadores municipais” (Budnik *et al.*, 2011, p. 308, tradução nossa)⁴, que são favorecidos com a possibilidade de estabelecerem escolas particulares com subsídios estatais.

No sistema educativo instituído no período militar, “os apoiadores particulares administram os subsídios e decidem sobre aspectos centrais da vida escolar, como os planos anuais de cada escola, a designação de diretores, a realocação de professores” (Budnik *et al.*, 2011, p. 309, tradução nossa)⁵. O sistema de subvenções estatais implica na concessão de subsídios públicos a escolas privadas em proporção semelhante frente aos recursos transferidos às escolas municipais. A descentralização e privatização da educação implicou na perda da capacidade regulatória do Ministério da Educação em relação ao

³ No original: “materializa los pilares jurídico-filosóficos del sistema educativo formal chileno” (Budnik *et al.*, 2011, p. 308).

⁴ No original: “Las escuelas estatales, que estaban directamente gestionadas por el nivel central del Ministerio de Educación (...) pasan a depender directamente de estructuras intermedias, los “sostenedores” municipales” (Budnik *et al.*, 2011, p. 308).

⁵ No original: “Los sostenedores administran estos subsidios y deciden respecto de aspectos centrales de la vida escolar, como los planes anuales de cada escuela, la designación de directores, la reubicación de profesores” (Budnik *et al.*, 2011, p. 309).

funcionamento das escolas municipais públicas e particulares, tanto aquelas subvencionadas, ou seja, as que são administradas por agentes privados e que captam recursos públicos, como quanto às escolas particulares que não recebem recursos oriundos do Estado e são financiadas exclusivamente pelo recebimento de mensalidades escolares pagas pelos alunos e seus familiares (Budnik *et al.*, 2011).

Dias antes do fim do regime ditatorial, a Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) foi aprovada pela Junta de Governo e promulgada por Augusto Pinochet, em 07 de março de 1990. A LOCE consolidou o protagonismo dos atores privados e a subsidiariedade do Estado no campo educativo, estabelecendo um sistema educacional que contava com recursos públicos repassados a escolas privadas, as quais visavam a obtenção de lucro proveniente das mensalidades escolares.

A LOCE estabelece em seu artigo 2º que compete aos pais o direito e o dever de educar seus filhos, cabendo ao Estado um caráter subsidiário nesta relação, o de garantir a liberdade dos pais, permitindo o exercício paternal do direito-dever à educação das crianças. O sistema educacional chileno estabelecido pela LOCE evidencia seu caráter repressor e persecutório em relação às tendências políticas de esquerda ao preconizar no artigo 6º da referida norma jurídica os limites ao ensino de natureza moral e relacionados à ordem pública e segurança nacional que deveriam ser observados pelos estabelecimentos escolares oficiais, vedando-se a propagação de ideias políticas ou partidárias nas escolas, ou seja, o restringindo a reflexão e o pensamento crítico.

A LOCE e demais normas jurídicas relacionadas ao tema educacional foram objeto de diversas críticas por parte de intelectuais e movimentos sociais, havendo algumas alterações legislativas ao longo da vigência dessas normas (Lei n. 19688 de 2000, Lei n. 19712 de 2001, Lei n. 19771 de 2001, Lei n. 19712, Lei n. 19864 de 2003, Lei 19979 de 2004), contudo, sem alterar a natureza do modelo educativo chileno instituído durante a ditadura militar. A mobilização dos estudantes secundaristas de 2006 no Chile estimulou o debate público acerca da LOCE e das discussões políticas acerca da alteração da legislação educacional (Susin; Mendonça, 2021).

3 Movimento estudantil chileno: a revolução dos pinguins de 2006

Com a adoção das políticas neoliberais, os direitos sociais garantidos pelo Estado chileno foram suprimidos por meio de processos de privatização e mercantilização, entre os quais o direito à educação. No contexto pós-ditadura militar chilena, o padrão neoliberal persistiu sob a ordem democrática sustentado pela constituição política de 1980 que institucionalizou o neoliberalismo no país durante a ditadura pinochetista (Paredes, 2019). O programa neoliberal imposto à força no período ditatorial foi conservado durante os governos civis democraticamente eleitos que se sucederam, subsistindo a mercantilização da educação chilena, preservando a estrutura educacional neoliberal e os instrumentos jurídicos que a sustentam. Apoiada na análise de Nestor García Canclini, Caprecci (2022) articula sobre os prejuízos gerados pela tonificação das medidas neoliberais que passaram a ser sensível e amargamente experimentadas pelos estudantes, razão pela qual nas manifestações desvelaram-se grandes agrupamentos pertencentes aos movimentos estudantis.

Com a tensão oriunda da repressão estatal ainda recente e diante da perspectiva de uma nova organização societal após a transição democrática, subsistiu durante muitos anos o apaziguamento das lutas sociais contestatórias aos preceitos neoliberais que estruturam a sociedade chilena.⁶ No entanto, em face da manutenção do programa neoliberal somado aos altos níveis de desigualdade social dos anos 2000, irrompe-se a primeira faísca de revolta estudantil com o *Mochilazo* de 2001, manifestações protagonizadas por estudantes secundaristas chilenos que protestaram contra a redução de benefícios escolares como os relacionados ao subsídio sobre as tarifas de transporte para os estudantes (Paredes, 2019).

Cinco anos depois das primeiras manifestações populares conduzidas por estudantes secundaristas chilenos após a

⁶ A respeito das temporalidades sobre como decorreram as manifestações por educação no Chile, em *Mediações comunicativas em pesquisas sobre os movimentos de estudantes brasileiros (2015 e 2016) e chilenos (2006 e 2011)*, Andressa da Cruz Caprecci (2022) realiza uma síntese em que aborda em tendências de discurso sobre as análises dos cenários brasileiro e chileno dos movimentos estudantis.

redemocratização do país, em 2006, durante o primeiro ano do governo da presidente Michelle Bachelet, os estudantes organizaram a maior mobilização social desde a transição para a democracia (Ruiz, Boccardo, 2020). Para compreender o contexto da revolta, é necessário identificar os personagens centrais do movimento estudantil de 2006, os estudantes que protagonizaram as mobilizações “cresceram em um momento marcado por altos níveis de crescimento econômico durante a década de 1990” (Cabalin, 2013, p. 10, tradução nossa)⁷. Porém, esse crescimento econômico não foi distribuído entre os setores populares da sociedade chilena.

Nesse sentido, Ruiz e Boccardo (2020) afirmam que são os novos setores médios que vão expor o lucro como problema do mal-estar social em relação à educação, alegam que as classes populares e a classe média estavam frustradas com o modelo instituído pelo neoliberalismo. Igualmente, estavam decepcionadas com a promessa de ascensão social, pois viam na realidade a nítida barreira imposta pela burguesia nacional. Com esse panorama de insatisfação e dificuldade no ingresso, permanência e qualidade na educação, as primeiras movimentações estudantis se iniciaram reclamando-se passagem gratuita no transporte público e a eliminação do pagamento pelo exame de ingresso nas carreiras universitárias. Na sequência, as pautas se multiplicaram até encontrarem um problema central, a desigualdade na qualidade na educação chilena, organizada pela burguesia nacional para lucrar cada vez mais.

Assim, o movimento exigia melhorias na qualidade da educação e protestou contra a desigualdade social e segregação existente entre os estudantes do país. As mobilizações estudantis de 2006 revelaram a crise do sistema educacional chileno e exigiram a revogação da LOCE, símbolo da educação no período militar e base do sistema educacional chileno (Cabalin, 2013) e sua substituição por um novo marco legal capaz de sustentar reformas estruturais no campo educativo.

⁷ No original: “(...) período que se caracterizó por la entrada de Chile en la economía mundial. Luego, estos estudiantes crecieron en una época marcada por los elevados niveles de crecimiento económico durante los años 90” (Cabalin, 2013, p. 10).

O movimento estudantil de 2006, conhecido como a *revolução dos pinguins* em razão dos trajes escolares dos estudantes secundaristas se assimilarem ao referido animal, se articulou e a princípio exigiu a gratuidade da *Prueba de Selección Universitaria* (PSU), o exame adotado para ingresso de estudantes nas universidades, tarifa gratuita para o transporte escolar e sem restrições de horários no tocante ao transporte municipal, aumento e melhorias na alimentação escolar e reforma na infraestrutura e instalações escolares (Zibas, 2008).

A mobilização dos estudantes secundaristas produziu diversas ocupações de colégios motivadas por pleitos relacionados à ausência de infraestrutura escolar adequada e exigindo-se uma atuação estatal mais robusta em matéria de educação diante das desigualdades existentes entre as escolas privadas, as subvencionadas pelo Estado e as públicas (Ortiz, 2022). Para além das demandas relacionadas diretamente à reforma do sistema educacional chileno, os estudantes reclamavam “uma oportunidade de se reconectar com a identidade da esquerda, a instalação de uma agenda de direitos sociais e um papel para o público” (Ortiz, 2022, p. 15, tradução nossa)⁸ mais preponderante na sociedade chilena.

Os pleitos dos estudantes e dos setores sociais que os apoiaram não foram bem recebidos pelo governo chileno da *Concertación*, o qual adotou uma postura de rechaço às mobilizações, reprimindo violentamente o movimento estudantil que logrou ocupar ruas e escolas em todo o país e organizou manifestações e paralisações nacionais com amplo apoio de organizações sociais, políticas e sindicais.

Os grupos mobilizados compreendiam que a mercantilização da educação era uma das causas do aprofundamento da desigualdade social e se constituía em uma barreira à ascensão social por meio do sistema educacional chileno. A organização do movimento foi baseada em chamado público nas ruas e através das novas tecnologias voltadas para as redes sociais. Por meio desses instrumentos, os estudantes chamavam a população a se somar a eles compartilhando detalhes sobre as

⁸ No original: “una oportunidad para reconectar con la identidad de la izquierda, la instalación de una agenda de derechos sociales y un rol de lo público” (Ortiz, 2022, p. 15).

manifestações e garantiram grande cobertura dos meios de comunicação tradicionais e dos novos. Dessa forma, foi possível expor o movimento de forma massiva, em tempo real e sem o risco de apagamento e boicote através do filtro dos grandes meios de comunicação, como a TV aberta (Hernández, 2011; Sierra Caballero, Gravante, 2016).

Como resultado, a pressão popular logrou a extinção da LOCE e a criação de uma nova norma jurídica, com outra regulação na relação entre educação e mercado, no entanto, manteve-se o sistema de municipalização da educação e financiamento particular. Assim, mesmo com limitações políticas, o movimento foi uma resposta ao neoliberalismo.

(...) os estudantes em 2006 e 2011 se rebelaram contra essa estrutura e saíram às ruas para combater as consequências do neoliberalismo na sociedade. Segregação urbana, estratificação educacional, distribuição de renda desigual e democracia elitista fazem parte dos resultados neoliberais. (Cabalin, 2013, p. 14, tradução nossa)⁹

Com essa conjuntura, o impacto do movimento estudantil de 2006 e de 2011 reverberou nacional e internacionalmente, atingindo inclusive o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição promotora do neoliberalismo, que expôs publicamente em um relatório de 2011 a necessidade de uma reforma fiscal no Chile para diminuir as desigualdades sociais do país (Cabalin, 2013). Com o fortalecimento do movimento, o governo chileno ofereceu concessões como a gratuidade do passe escolar e da PSU até que o Conselho de Assessoria Presidencial elaborasse outro marco legal para a educação (Cabalin, 2013), o que era considerado como insuficiente pelos estudantes, que pleiteavam transformações estruturais no sistema educacional chileno para além de políticas focalizadas de caráter econômico e social.

Desse modo, como afirma Cabalin (2013), pode-se dizer que a *revolta dos pinguins*, enquanto movimento que lutava por educação pública de qualidade, foi uma das lutas sociais mais importantes do período democrático da história chilena. Interessante destacar que esse

⁹ No original: "(...) los estudiantes en 2006 y 2011 se rebelaron contra esta estructura y salieron a las calles para combatir las consecuencias del neoliberalismo en la sociedad. La segregación urbana, la estratificación educacional, la desigual distribución del ingreso y la democracia elitista son parte de los resultados neoliberales" (CABALIN, 2013, p. 14).

movimento não se moveu apenas pelas reivindicações estritas ao campo da educação, mas também por transformações sociais relacionadas aos reclames de justiça social. Não é exagero afirmar o movimento secundarista de 2006 serviu de alicerce e referência para outros movimentos populares que o sucederam, como as lutas sociais protagonizadas pelos universitários em 2011 e os protestos sociais de 2019, os quais detiveram como caráter comum a oposição contra o neoliberalismo no Chile. Em suma, o movimento estudantil de 2006 que se contrapôs às políticas neoliberais no geral e à mercantilização da educação no específico, explica-se, entre outras condições, em razão da capacidade de organização dos estudantes secundaristas, do descontentamento contra o sistema de exploração neoliberal somado a insatisfação social com os rumos da democracia chilena.¹⁰

4 Movimento pinguino e suas repercussões políticas e sociais

A LOCE foi substituída pela Lei Geral de Educação (LGE) em 2009, a qual promoveu algumas modificações no sistema educacional, em especial relacionadas à fiscalização, controle de qualidade no ensino e avaliação do desempenho de alunos e estabelecimentos educacionais, sem, contudo, incorporar propostas de maior radicalidade, como àquelas orientadas a crítica ao lucro e ao modelo de ingresso de estudantes no sistema escolar (Susin; Mendonça, 2021).

A coalização de forças políticas de centro-esquerda que esteve à frente da presidência da república chilena por duas décadas entre os anos 1990 e 2010 manteve e aperfeiçoou o caráter neoliberal do sistema educacional chileno (Aguilera, 2015). A partir da mobilização estudantil de 2006 organizada pelos *pinguins*, e na sequência, pelos protestos universitários de 2011, os setores populares chilenos protagonizados pelos estudantes “põem em questão as bases do modelo educativo dando início a um período de revisão, de discussão e de propostas de

¹⁰ O movimento produziu várias lideranças políticas, como Gabriel Boric (eleito presidente do Chile em 2022) e Camila Vallejo (Secretária de Governo do Chile em 2022), que participaram ativamente do movimento estudantil de 2011 que mobilizou estudantes universitários em torno das críticas ao sistema educacional chileno.

outro tipo de institucionalidade educativa” (Aguilera, 2015, p. 1482, tradução nossa)¹¹.

As mobilizações estudantis de 2006 estimularam um ciclo de lutas pós-regime ditatorial que expressou o descontentamento frente ao modelo econômico neoliberal implantado no Chile, responsável por uma profunda desigualdade socioeconômica no país. Essas mobilizações estimularam uma subjetivação política no terreno educacional, sobretudo, por meio da superação da passividade e da lógica clientelista dos movimentos estudantis, passando a se confirmar a presença coletiva e crítica daqueles que querem disputar o presente (Paredes, 2019).

As instituições educacionais, tanto escolas como universidades, se converteram em espaço de disputas, alianças e projeções entre diversos atores que passaram a refletir e analisar a situação estudantil do Chile. Para tanto, o legado mais relevante desse período foi o ressurgimento dos espaços educacionais como lugares de expressão política e crítica à lógica neoliberal.

Em 2008, estudantes secundaristas e universitários se levantaram novamente através das ocupações nos estabelecimentos educacionais, dessa vez contra a Lei Geral de Educação (LGE). Conforme afirma Juan Pablo Paredes, a LGE correspondeu a um projeto em resposta a revolta dos pinguins, entretanto não acolheu as propostas mais radicais de transformação educacional apresentadas pelo movimento (Paredes, 2019). Mesmo com a rejeição dos estudantes ao projeto de lei, a LGE foi promulgada em 2009.

Entre 2000 e 2011, continuou aumentando o endividamento de estudantes provocados pelo uso de créditos estudantis, cuja bandeira se deu sob o mote “*La educación no se vende, se defiende*”. Em 2011, o Chile novamente foi tomado por protestos, desta vez realizados por estudantes universitários, muitos deles envolvidos com a revolta dos pinguins. A mobilização se deu através de marchas massivas e repletas de ações artísticas e carnavalescas. Ao passo que, com o decorrer do tempo,

¹¹ No original: “(...) ponen en cuestión las bases del modelo educativo dando inicio a un periodo de revisión, de discusión y de propuestas de otro tipo de institucionalidad educativa.” (Aguilera, 2015, p. 1482)

as manifestações tomaram forma massiva e radical, em formato de protestos.

Greves e ocupações de universidades e escolas secundárias em todo o Chile, além de uma série de ações lúdicas e performances criativas, juntamente com ações de protesto mais tradicionais, como barricadas, “bandeiraços” e “panelaços”, e até a greve de fome, definiram um cenário de confronto, lúdico e heterogêneo que vai caracterizar a manifestação do público estudantil. (Paredes, 2019, p. 138-139)¹²

De acordo com Pires (2015), de maneira autônoma e independente das organizações político-partidárias, o movimento universitário de 2011 realizava o diálogo com as instituições estatais por meio da *Confederación de Estudiantes de Chile* (CONFECH). A CONFECH realizou a coordenação nacional do movimento universitário juntamente com a participação de organizações de estudantes secundários, *Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios* e a *Coordinadora Nacional de Estudiantes Secundarios*. Sob influência das mobilizações de 2006, a organização estudantil se deu através de assembleias periódicas que deliberaram sobre diversos temas previamente discutidos nas bases universitárias e secundaristas.

Desse modo, de acordo com Paredes, os estudantes ganharam protagonismo no debate político do país ao levantarem a bandeira da educação pública, gratuita e de qualidade, atingindo importante alcance em termos de organização e adesão cidadã em âmbito nacional (Paredes, 2019). O movimento estudantil chileno teve êxito em transformar a agenda política da educação pública por meio da exigência de uma reforma profunda no sistema educacional organizado pelos interesses do mercado (Santibañez, 2018). Os estudantes mobilizaram-se por uma campanha contra o lucro na educação, o que ocasionou que milhares de chilenos se solidarizassem com a causa estudantil.

O que se destacou a partir de 2006 foi a forma e a capacidade de mobilização dos estudantes em torno de um objetivo comum, ocupando além de ruas e escolas, também o debate público e midiático. No ano de

¹² No original: “Paros y tomas de universidades y liceos en todo Chile, además de un conjunto de acciones lúdicas y performances creativas, junto a acciones más tradicionales de protesta como las barricadas, los «banderazos» y «cacerolazos», e incluso la huelga de hambre, definieron un repertorio de carácter confrontacional, lúdico y heterogéneo que caracterizará la manifestación pública estudiantil” (Paredes, 2019, p. 138-139).

2011, o tema de interesse nacional era justamente as ações realizadas pelo movimento estudantil, o qual os reclames se voltavam a mudanças estruturais do sistema da educação chilena. Além disso, a resposta do Estado chileno diante da pressão exercida pelos estudantes e pela mídia se demonstrou insuficiente, ao passo que levou à queda de três ministros da educação no período de três anos.

Desse modo, em 2011, as manifestações públicas se converteram em uma ferramenta de uso massivo, permitindo à população a possibilidade de intervir no debate político através da pressão social. Se consolida, então, as mobilizações de viés crítico em três distintos aspectos, conforme define Paredes (2019). O primeiro se refere à legitimação social das manifestações públicas, consubstanciada em marchas carnavalescas e atuações lúdicas, ocupações em escolas e painelaços, que promoveram a materialização do ânimo social voltado à mobilização popular. Essas experiências produziram efeitos institucionais na política e na educação do país e se acumularam historicamente, reaparecendo em anos posteriores em movimentos protagonizados pelos setores populares. Em seguida, ao reivindicar a defesa da educação pública, o movimento estudantil introduz no debate político vocabulário próprio sobre direitos sociais, trajado na linguagem da gratuidade da educação e do fim da mercantilização, ampliando a legitimação social a outras causas também inerentes a luta por direitos sociais e a crítica ao neoliberalismo.¹³ Por último, a produção de uma identidade pública consistente e coerente, projetando o futuro e gerando uma solidariedade coletiva, permitiu também a definição do movimento estudantil e de seus apoiadores enquanto antagonistas do regime neoliberal, o qual aprofunda a desigualdade social no Chile.

Em virtude da pressão social promovida pelos estudantes, o governo chileno de Michelle Bachelet admite fomentar discussões acerca de possíveis reformas do sistema educacional do país. A partir de 2014, a crise da educação transita da luta das ruas para o debate institucional, caracterizando-se pelo

¹³ A esse respeito, o debate sobre a educação se apresenta nas discussões sobre o ensino em direitos humanos e suas raízes na América Latina, conforme Silveira (2023).

(...) “problema público do Ensino Superior”, mediante a configuração de uma arena político-institucional e depois público-mediática, composta por diferentes atores sociais, técnicos e políticos que tentam definir e orientar o problema da educação, substituindo a rua como espaço das expressões críticas (Paredes, 2019, p. 141).¹⁴

Desse modo, a figura dos estudantes como protagonistas do debate sobre a educação foi deslocada para o mundo técnico e especializado, ao passo que, em 2016, foi implementada uma forma de gratuidade administrativa, que manteve a lógica mercantil da educação, reforçando o seu caráter de bem de consumo ao financiar universitários de instituições privadas sem fortalecer a educação pública.

Em 2017, o governo implementou uma estratégia de divisão de propostas diante do conflito causado pela crise na educação. Por um lado, a Reforma da Educação Superior gratuita e de qualidade, abrangendo todo o sistema universitário; do outro, uma reforma orientada às universidades do Estado, como forma de salvar as dívidas ocasionadas pela submissão da educação pública às regras do mercado (Paredes, 2019).

O governo chileno buscou deslocar o movimento estudantil do protagonismo da disputa do problema da educação superior, promovendo o debate em uma arena institucional político-legislativa, o que ocasionou em uma disputa permanente sobre o protagonismo no debate quanto à crise da educação, ao passo que o governo e a classe política moldaram como sendo apenas um problema de gratuidade, ignorando o caráter público das universidades, bem como a financeirização e a vigência do *Crédito con Garantía Estatal* (CAE) (Paredes, 2019). Assim, o vocabulário dos direitos sociais foi incorporado à linguagem neoliberal. Ao passo que o ator coletivo inicial – estudantes mobilizados – perde a influência e o protagonismo público, bem como o apoio da população.

As conquistas institucionais dos estudantes foram tímidas, não obstante, a pressão social exercida por meio dos protestos iniciados em

¹⁴ No original: “«problema público de la Educación Superior», mediante la configuración de una arena político-institucional y luego público-mediática, integrada por diferentes actores sociales, técnicos y políticos que intentan definir y orientar el problema de la educación, sustituyendo a la calle como el espacio de las expresiones críticas.” (Paredes, 2019, p. 141).

2006 e, principalmente a partir de 2011, se transformaram em um importante instrumento político de defesa de pautas e de reivindicações de organizações sociais. Em 2018, as demandas sociais apresentadas pelos estudantes continuaram em aberto, razão pela qual o movimento estudantil volta às ruas e, dessa vez, incorporando aos protestos as demandas feministas por uma educação não sexista nas universidades e escolas.

5 Considerações finais

A presente investigação buscou compreender a mobilização estudantil de 2006 no Chile, que ficou conhecida como a *revolução dos pinguins*, bem como analisar as repercussões políticas e sociais, institucionais e não-institucionais, do movimento. Para tanto, se fez necessário analisar o modelo neoliberal por meio do qual o sistema educacional chileno está organizado a fim de compreender os motivos que levaram ao levante estudantil do *movimento pinguino*.

Os benefícios prometidos pelo modelo educacional neoliberal baseado na livre concorrência entre instituições de ensino não se concretizaram, em especial as promessas relacionadas à maior igualdade e melhoria na qualidade de ensino. Assim, o fracasso do modelo neoliberal foi a razão pela qual os estudantes protestaram em 2006 e seguiram protestando em 2011 (Aguilera, 2015).

A *revolução dos pinguins* foi o estopim na sociedade chilena que motivou o debate público acerca do sistema educacional no país, levantando críticas sobre sua organização e pressionando as instituições estatais a produzirem reformas que definam a educação como direito social e promovam maior responsabilidade e intervenção no Estado na prestação educacional. Assim, o levante dos estudantes, que recebeu apoio de sindicatos e diversos movimentos sociais desvela, no fundo, o descontentamento dos setores populares com os valores neoliberais que organizam a sociedade chilena desde a ditadura militar de Augusto Pinochet, os quais foram aperfeiçoados durante os governos civis que foram eleitos após a redemocratização do país.

A mobilização de 2006 apresentou críticas à mercantilização da educação e às desigualdades produzidas entre estudantes chilenos oriundos de diferentes estratos sociais e regiões do país, que foram em menor grau absorvidas pelo Estado chileno diante das pressões e repercussão social do movimento. Quanto às repercussões de 2006, é relevante destacar que este guarda estreita relação com as mobilizações estudantis de 2011, pois além de ter se tornado uma referência ao movimento que o sucedeu, muitas das lideranças universitárias que participaram dos protestos de 2011 haviam ocupado escolas chilenas de norte a sul do país no marco do *movimento pinguino*.

Em âmbito regional, vale destacar que os protestos dos secundaristas chilenos motivaram os estudantes de outros países latino-americanos a exigirem melhor condições do sistema educacional, como ocorreu em relação aos estudantes brasileiros, que entre 2015 e 2016 ocuparam escolas públicas sob reivindicações de melhorias na qualidade do ensino e na infraestrutura dos colégios, e em face do Projeto da Emenda Constitucional (PEC) n. 241 que previu o estabelecimento de um teto de gastos públicos o qual afetaria negativamente nos investimentos federais em matéria educacional e o Projeto de Lei n. 193 conhecido como “Programa Escola sem Partido”.

Referências

AGUILERA, Natalia Slachevsky. Una revolución neoliberal: la política educacional en Chile desde la dictadura militar. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 1473-1486, 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

BUDNIK, Jenny *et al.* La empresa educativa chilena. **Revista Educação e Sociedade**, v. 32, n. 115, abr./jun 2011.

CABALIN, Cristian. La disputa por la educación en Chile: Neoliberalismo y movimientos estudiantiles. Congreso 2013 de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Washington, DC, 29 de mayo al 1 de junio de 2013. **Anais [...]** Washington, DC, 2013.

CAPRECCI, Andressa da Cruz. **Mediações comunicativas em pesquisas sobre os movimentos de estudantes brasileiros (2015 e 2016) e chilenos (2006 e 2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

CHILE. Ley 18.962/1990. Ley Orgânica Constitucional do Ensino/LOCE. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 1990. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30330>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20.248/2008. Ley de Subvención Escolar Preferencial. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2008. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=269001>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20.370/2009. Ley General de Educación/LGE. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2009. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1006043>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20501/2011. Calidad Y Equidad de la Educación. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2011. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1022346>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 20.845/2015. Ley de Inclusión Escolar. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2015. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1078172>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ley 21.091/2018. Ley sobre Educación Superior. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 2018. Disponível em:

<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1118991>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHILE. Ministerio de Educación. **Sistema de Registro y Certificación de Entidades de Asistencia Técnica Educativa (ATE)**. 2020. Disponível em:

<https://registroycertificacionate.mineduc.cl/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir: novos caminhos**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HERNÁNDEZ, Salvador Millaleo. La ciberpolítica de los movimientos sociales en Chile: algunas reflexiones y experiencias. **Anales de la Universidad de Chile**, v. 2011. p. 87-104, 2011.

KIERNAN, Víctor. **Estados Unidos: o novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

LABARCA, José. El "ciclo corto" del movimiento estudiantil chileno: ¿conflicto sectorial o cuestionamiento sistémico?. **Revista Mexicana de Sociología**, 78, 2016, p. 605-632.

NÚÑEZ, Iván. **Evolución de la política educacional del régimen militar**. PIIE, 1982.

ORTIZ, Paola Cornejo. Chile despertó: aproximaciones para comprensión del proceso sociopolítico de Chile. *In*: MENON, Gustavo; IGLECIAS, Wagner; SUZUKI, Júlio César (org.). **América Latina: movimentos sociais**. São Paulo: Edições EACH, 2022, p. 09-21. (Série PROLAM USP Debate, 4).

PAREDES, Juan Pablo. De la Revolución Pingüina a la arena de la gratuidad: Balance de 10 años de luchas estudiantiles en Chile (2007-2017). *In*: GARCÍA, Rubén Díez; NUEZ, Gomer Betancor (Eds.). **Movimientos sociales, acción colectiva y cambio social en perspectiva**. España: Fundación Betiko, 2019, p. 133-147.

PIRES, Cláudia Priscila. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. **Revista Contraponto**, v. 1, n. 2, 2015, p. 77-100. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/59931>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RUIZ, Carlos; BOCCARDO, Giorgio. **Los chilenos bajo el neoliberalismo: clases y conflicto social**. 2. ed. Santiago: El Desconcierto-Nodo XXI, 2020.

SANTIBAÑEZ, Ivette. Youth Activism in Chile: from urban educational inequalities to experiences of living together and solidarity. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 3, p. 837-863, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623678811>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SIERRA CABALLERO, Francisco; GRAVANTE, Tommaso. Ciudadanía digital y acción colectiva en América Latina: Crítica de la mediación y apropiación social por los nuevos movimientos sociales. **Trama comun.**, Rosario, v. 20, n. 1, p. 163-175, jun. 2016. Disponível em: <http://ref.scielo.org/v348mb>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVEIRA, Suzana Maria Loureiro. América latina e o ensino clínico em direitos humanos. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 1-33, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2023.41457>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SINGER, Paul. O papel do Estado e as políticas neoliberais. *In*: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 125-140.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SUSIN, Maria Otília Kroeff; MENDONÇA, Juliana. As transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 40. 2021, p. 1-23.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ZIBAS, Dagmar. "A Revolta dos Pingüins" e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, 2008, p. 199-220. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>. Acesso: 01 ago. 2013.

Sobre os autores

Gabriel Dib Daud De Vuono

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Especialista em Direitos Humanos pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC, Argentina) e em Processos didático-pedagógicos para cursos na modalidade a distância pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Mestre e doutorando em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Supervisor pedagógico da UNIVESP.

Email: gabriel.devuono@usp.br

Paola Fernanda Silva Mineiro

Graduada e mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Pesquisadora no Núcleo de Justiça Racial e Direito na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo. Advogada e consultora em diversidade, equidade e inclusão.

Email: paolamineiro@gmail.com

Julia Cardozo Fidalgo Ramos

Advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Email: paolamineiro@gmail.com

Histórico

Recebido em: 06/02/2023. Aceito em: 27/03/2023. Publicado em: 01/10/2023.